

O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo

Enrique Serra Padrós*
"Ananda Simões Fernandes**"

Resumo

O ano de 1968, no Uruguai, foi marcado pelo início da escalada autoritária, com a ascensão ao poder de Jorge Pacheco Areco. As reivindicações mundiais levantadas em 1968, notadamente, as latino-americanas, somaram-se às discussões nacionais travadas em virtude do esgotamento econômico e da crise social que se pronunciava desde a década de 1960. O confronto entre o governo e a oposição (trabalhadores, estudantes, militantes da luta armada, artistas, intelectuais, etc.) acirrou-se cada vez mais, gerando um cenário de radicalização das lutas sociais que se estenderia até a deflagração do golpe de estado, em 1973, no Uruguai.

Palavras-chave: 1968. Governo Pacheco Areco. Movimentos sociais.

No somos los extranjeros / los extranjeros son otros;
son ellos los mercaderes / y los esclavos nosotros.
Yo quiero romper la vida, / como cambiarla quisiera,
ayúdeme compañero; / ayúdeme, no demore,
que una gota con ser poco / con otra se hace aguacero.

"Milonga de andar lejos" (1968)
Daniel Viglietti

Introdução

Na América Latina o espírito de 1968 manifestou-se de forma diversa e com graus de intensidade e em espaços cronológicos diferentes. Além do impacto e das influências dos 68 extrarregionais (o Maio Francês, a Primavera de Praga ou as correntes da contracultura dos EUA), o subcontinente teve

* Professor do Departamento de História e do PPG-História/UFRGS.

** Mestranda do PPG-História/UFRGS.

movimentos próprios, autônomos, com lógicas explicativas nacionais e conectados, de forma geral, com as reivindicações universais daquela onda. A crítica global ao imperialismo, ao colonialismo, ao racismo, à exploração e à desumanização da civilização esteve acompanhada de elementos particulares e concretos nas diversas realidades nacionais.

Nessa perspectiva, a questão da terra, o embate pela autonomia universitária, o debate dependência-desenvolvimento, a presença estadunidense, o papel da oligarquia e as demandas sociais dos setores populares manifestaram-se, de forma diversa, na exploração político-social que marcou a década de 1960 na América Latina. México, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, entre outros, foram países particularmente atingidos pela dinâmica do 68, porém esta inserida dentro de um processo de confronto social muito mais amplo. Assim, a cronologia específica de cada situação variou. Em alguns casos, esteve inserida no ano da *grande recusa*, como no caso do México de Tlatelolco, ou no Brasil do acirramento da ditadura, com a decretação do ato institucional nº 5 (AI-5) e o início dos “anos de chumbo”. Em outros, foi momento de inflexão imediatamente posterior, caso da Argentina do *Cordobazo*. Finalmente, houve casos, como o uruguaio e o chileno, nos quais o cená-

rio permaneceu aberto, projetando-se até os dramáticos anos 70 e concluindo com os respectivos golpes de estado, em 1973.

De qualquer forma, o 68 na América Latina não pode ser dissociado das grandes questões que marcaram a década: a Revolução Cubana, a revolução socialista e o périplo do Che Guevara, o conflito reforma-revolução x contrarrevolução, o peruanismo, a crise estrutural e a contrainsurgência. Por isso mesmo, pode-se afirmar que o 68 latino-americano teve nuances que o diferenciaram do 68 da Europa ocidental ou do 68 estudantil dos EUA (mas nem tanto do 68 da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos). Na prática, quase tudo estava por fazer e, se havia saturação de alguma coisa, era de autoritarismo, subdesenvolvimento, miséria, estagnação, frustração e exploração.

A guerrilha passou a ser uma opção sedutora a partir da Revolução Cubana. A imagem do Che esteve em todas as esquinas latino-americanas, e os contatos entre marxistas e cristãos apontaram para novos pactos sociais e para o que se denominou “Primavera da Igreja”, intenso movimento de debates e propostas realizados também no interior da estrutura institucional do catolicismo. Efetivamente, a Igreja teve sua postura questionada por correntes progressistas derivadas do Con-

cílio Vaticano II e que reivindicavam coerência entre o discurso e a prática, aproximando a instituição de um rebanho de fiéis vulneráveis à marginalização e exploração – provavelmente, o maior ícone dessa tendência cristã da época tenha sido o colombiano Camilo Torres, *el cura guerrillero*. Outras instituições tradicionais também sofreram, em alguns países, uma guinada de matiz nacionalista e/ou reformista. É o que ocorreu, particularmente, com certos setores das Forças Armadas, como no caso daqueles que, em 1968, no Peru, foram liderados por Velasco Alvarado e, no Panamá, por Omar Torrijos.

O 68 uruguaio

A década de 1960 marcou, no Uruguai, o aprofundamento de uma crise estrutural que atingiu as bases, já em processo de corrosão, das políticas de bem-estar social herdadas da conjuntura favorável da Segunda Guerra. A pauperização da população, o arrocho salarial e a deterioração dos serviços sociais estatais intensificaram um descontentamento que passou a se expressar em constantes mobilizações sociais dos mais diversos matizes. O clima de Guerra Fria, a Revolução Cubana e a existência de ditaduras no Paraguai (desde 1954), no Brasil (desde 1964) e na Argentina (desde 1966) tornavam a situação mais explosiva.

O 68 no Uruguai iniciou, de certa forma, com a morte do presidente Oscar Gestido, em dezembro de 1967, e sua substituição pelo vice-presidente Jorge Pacheco Areco. O autoritarismo marcou essa nova administração desde o começo. Poucos dias após assumir, Pacheco Areco dissolveu diversos partidos, movimentos sociais e jornais identificados com o pensamento político de esquerda. Foram alvos dessa ação o Partido Socialista, a Federación Anarquista Uruguaya, o Movimiento Revolucionario Oriental, o Movimiento de Acción Popular Uruguaya, o Movimiento de Izquierda Revolucionaria e os jornais *Época* e *El Sol*, todos proibidos sob acusação de patrocinar a luta armada e de serem vinculados à “subversiva” Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas).

Dentre as primeiras medidas adotadas pela nova gestão também se deve mencionar a reconfiguração ministerial, com representantes das grandes empresas, do latifúndio e do setor financeiro, iniciando perigosa desconexão governamental e ruptura com a tradição política do país, ou seja, a rejeição do partido e das instâncias políticas como fóruns de negociação e de embate, fator vertebral da democracia uruguaia. Ao contrário, divulgou-se a imagem de que a presença de “técnicos” no governo era positiva, pois eles não se rendiam às pressões de cunho político-eleitoral.

Acentuar a imagem do desprestígio dos partidos políticos e responsabilizá-los pela atuação ineficiente diante da crise social e econômica que atravessava o país escondia um risco potencial de autoritarismo: o menosprezo pelo Parlamento e pela representação popular. Tais fatos foram reiteradamente praticados por esse governo. Essa postura administrativa, combinada com a banalização e a utilização indiscriminada das *medidas prontas de seguridad* (dispositivos constitucionais de exceção), sintetizou a escalada autoritária governamental, o que acentuou a insegurança geral e acelerou o processo de radicalização e confronto no interior da sociedade.

Desse modo, a violência foi a principal ação política do governo Pacheco Areco, voltada principalmente contra os setores populares, os trabalhadores e os estudantes. O presidente, a fim de conter o processo inflacionário no Uruguai, começou a seguir paulatinamente as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Para tanto, era necessário restringir os direitos dos trabalhadores e seus benefícios salariais,¹ situação que foi totalmente rechaçada pela população. Os trabalhadores uruguaios já haviam alcançado um alto nível de consciência de classe e não estavam dispostos a permitir a perda de suas garantias. Dessa forma, a administração Pacheco

Areco começou a criminalizar as manifestações pacíficas de trabalhadores e estudantes pelo uso constante da aplicação das *medidas prontas de seguridad* (MPS).

O reajuste salarial do ano de 1968, que ocorria no dia primeiro de julho, foi ansiosamente esperado pelos trabalhadores. Entretanto, Pacheco Areco decretou uma medida de exceção no dia 28 de junho para, conforme as diretrizes do FMI, congelar os preços e salários no Uruguai. Considerando que o reajuste salarial era a reposição das perdas acumuladas no ano, tal decreto gerou profundo descontentamento, mas, diante do fato concreto, qualquer pessoa que se manifestasse contra essa política salarial estaria infringindo a lei. A repressão estatal intensificou-se e começou a vigorar nas empresas públicas e privadas a “militarização” dos funcionários, ou seja, a imposição de uma lógica militarista aplicada ao trabalho, como, por exemplo, em relação aos grevistas que não retornavam às fábricas quando o governo exigia, situação em que eram considerados desertores.

No âmbito educacional, a política do governo passou a ser formulada em duas dimensões básicas. Uma, a repressiva: a escalada contra a autonomia universitária, os Consejos de Secundaria e a Universidad del Trabajo veio acompanhada de violência. As in-

vasões ilegais dos estabelecimentos de ensino contra as ocupações estudantis (modalidade tradicional de protestos) procuraram também impedir o acesso dos estudantes aos locais de estudo (e de resistência), bem como suspender os cursos universitários por meio de decretos (ferindo uma prerrogativa exclusiva dos Conselhos das Faculdades). O ensino secundário, a Universidad del Trabajo e os cursos preparatórios também tiveram seus prédios atingidos e clausurados, enquanto os estudantes eram agredidos por bandos armados, principalmente os da Juventud Uruguaya de Pié (JUP) – apresentados pelo discurso oficial como “estudantes de boas famílias uruguaias que haviam decidido resistir ao guevarismo” –, os quais agiam com total beneplácito policial. A violência estatal fez várias vítimas entre os estudantes, como Líber Arce, Hugo de los Santos e Susana Pintos, comovendo a sociedade uruguaia.

A segunda dimensão do governo em relação ao ensino foi a intervenção jurídica. O governo tentou impor o Consejo Superior de Enseñanza, cujo objetivo primordial era a eliminação do caráter autônomo de gestão das instituições e, conseqüentemente, sua subordinação ao Poder Executivo. Desse conselho deveriam fazer parte o ministro da Cultura (que exerceria a presidência), diretores gerais do ensi-

no secundário, primário e da Universidad del Trabajo, além do reitor da universidade, único a ser eleito. Pretendia, ainda, regulamentar os grêmios estudantis e selecionar o corpo docente segundo critérios de “confiabilidade”. A proposta foi muito criticada no Parlamento em razão da quebra de autonomia do sistema de ensino e da promoção do ensino privado, implícita no seu texto. Barrada no Parlamento, sua operacionalidade não se configurou durante o governo Pacheco Areco, embora seus postulados fossem absorvidos pela posterior *Ley de Educación General* imposta pela ditadura civil-militar.

Nesse governo, além da intensificação da repressão, houve a sua qualificação. Para tanto, foi instalado um Estado policial, no qual a tortura foi usada de forma intensiva nos interrogatórios e teve seus serviços de inteligência modernizados com a ajuda norte-americana, em primeiro lugar, mas também com a cooperação da ditadura brasileira.

A radicalização política na década de 1960 também tendeu para a direita. Grupos de extrema-direita, de atuação clandestina, surgiram nesse momento. Contudo, foi durante o conturbado governo Pacheco Areco que estes “bandos” passaram a executar ações mais frequentes e mais violentas. Além da JUP, o Comando Caza Tupamaros e o

Esquadrão da Morte, grupos parapolíciais que realizavam perseguições e execuções políticas, agiam indiscriminadamente. A administração Pacheco Areco era totalmente conivente com esses grupos clandestinos ou encobertos.

Convenção Nacional de Trabalhadores

Em junho de 1967 ocorreu a primeira assembleia nacional da Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), na qual se discutiram a conjuntura nacional e o posicionamento do movimento operário perante ela. Também fez parte da pauta o debate sobre o aprofundamento da crise, a sujeição ao FMI e a política salarial do governo. A administração Gestido trouxe maior arrocho para os trabalhadores ao propor maior austeridade, recortes orçamentários e ao aceitar a ingerência do FMI. A utilização de MPs para reprimir a mobilização dos trabalhadores seguiu uma tradição iniciada na primeira metade da década de 1960, porém de 1967 em diante, principalmente desde a ascensão de Pacheco Areco, seu uso com esse fim intensificou-se consideravelmente. O agravamento da tensão social e a resposta cada vez mais violenta do governo acentuaram o caráter político das lutas sindicais.

Em junho de 1969, o conflito social foi exasperado pela visita da Missão Rockefeller (21 de junho): a CNT, os estudantes e o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) se mobilizaram para demonstrar sua reprovção pela presença do representante dos EUA. Preventivamente, o governo suspendeu as aulas nos estabelecimentos públicos e privados de todo o país na segunda quinzena de junho. O motivo oficial alegado foi a constatação de uma epidemia de gripe que a população, ironicamente, identificou como “gripe Rockefeller” ou “gripefeller”. No mesmo período, o movimento dos bancários desencadeou uma dura greve, que, após 23 dias, sofreu a militarização do setor; fato semelhante ocorreu com os trabalhadores das empresas estatais UTE, Ancap e OSE.² O Sindicato dos Bancários, uma das principais forças da CNT, diante do processo de “reestruturação bancária” do governo (concentração acelerada e internacionalização do sistema financeiro), tentou reverter esse processo e denunciou os casos de corrupção beneficiando o sistema privado e estrangeiro. Inegavelmente, para os setores dominantes, a existência de uma organização sindical com o perfil da CNT entravava o processo de monopolização em andamento; seu enquadramento foi exigido pelos atores financeiros envolvidos; silenciar tal resistência era pré-condição

para a reestruturação *sin ruido y sin dolor*.

Com a militarização, os bancários passaram à jurisdição da Justiça Militar e receberam um prazo de seis dias para voltar ao trabalho – fato que, massivamente, foi ignorado. O governo, usando as MPs, declarou desertores mais de dois mil bancários públicos. Mesmo assim, as atividades não foram retomadas e a greve radicalizou. A CNT, em solidariedade, convocou a uma jornada de paralisação, no início de julho, acompanhada de mobilizações setoriais de apoio aos trabalhadores em greve. Em agosto, diante de nova jornada de paralisação geral, a militarização foi estendida ao setor privado. Após três meses de conflito, as denúncias de abuso de poder originadas no Parlamento, amplamente apoiadas pela população, levaram o governo, pressionado política e economicamente (ameaça de asfixia econômica com a paralisação do sistema bancário), a rever suas posições e recuar das sanções administrativas que usara como instrumento de perseguição. Na prática, o governo teve de recuar, pois fora derrotado politicamente. A militarização foi levantada, sendo permitida a volta dos “desertores” a seus locais de trabalho.

Na mesma época, conflitos com trabalhadores dos frigoríficos levaram o governo a declarar zona militar o bairro operário do Cerro, um dos mais

combativos e de longa tradição anarquista e comunista. A greve articulada pela Federação da Carne foi provocada pela iniciativa do governo em liquidar a legislação trabalhista no setor e dismantelar a empresa estatal frigorífica em benefício dos grandes consórcios estadunidenses (Deltec, International Packer, Armour).

Para enfrentar uma repressão violenta, os trabalhadores organizaram barricadas em volta das plantas frigoríficas e em pontos estratégicos do bairro operário. Atividades de apoio foram organizadas pela CNT nos bairros industriais vizinhos. Um dos desdobramentos diretos do conflito foi o fortalecimento da unidade desse setor de trabalhadores, superando velhas divergências internas de organização e aproximando-o à CNT, fato simbolicamente retratado nas atividades de apoio e, visivelmente, na “Marcha al Cerro” de dezenas de milhares de trabalhadores convocados pela CNT, protesto que se concluiu com o “abraço histórico” destes com os trabalhadores das empresas frigoríficas. Outro desdobramento desse conflito foi a moção de censura e de destituição votada pela Assembleia Geral contra o ministro de Indústria e Comércio, Peirano Facio, que, acusado de ter interesses pessoais nos processos de privatização e internacionalização dos setores públicos, acabou renunciando.

Nesse contexto, a participação do movimento operário e dos trabalhadores, de forma geral, foi muito intensa, levando à denominada “ativação do movimento popular”. Enrique Rodriguez, para demonstrar o grau de combatividade do movimento operário e de outros setores da sociedade nesse contexto, afirma que em 1969 milhares de homens e mulheres “pasaron [...] por comisariás, cuarteles, cárceles, [presídios da] Isla de Flores [...]; fue en ese período que recrudecieron las torturas repugnantes que en estos días se denuncian y se investigan a nivel del Senado”.³

A radicalização do enfrentamento levou a direção da CNT, em 1970, diante da evolução política e das ameaças golpistas apoiadas nas MPs, a propor três diretrizes consideradas estratégicas:

- 1) Reafirmaba el papel dirigente de la clase obrera en el proceso, precisamente cuando la oligarquía se había juramentado para descabezarla;
- 2) Creaba condiciones para que, si había elecciones, éstas se realizaran desde el inicio sobre el definido eje “oligarquía o pueblo”, con los temas sociales y económicos al rojo vivo y no con el planteo farisaico de “orden o subversión” [...];
- 3) Si el proceso político se inclinaba a la ultraderecha y al golpe, lograr que el pueblo estuviera unido, vigilante y dispuesto a enfrentarlo, luchando.⁴

Para o movimento operário, a situação parecia definida: junto à de-

núncia das mazelas produzidas pela crise estrutural, havia a necessidade de resistir à imposição de um projeto econômico que acelerava o desmonte do que restava do velho Estado de bem-estar e que exigia o enquadramento (“saneamento”) dos trabalhadores, sindicatos, CNT, etc. Era necessário resistir à ofensiva repressiva que visava instalar um sindicalismo dócil e um movimento operário despolitizado e sem pretensões de protagonismos. A construção da unidade que confluía na CNT ocorria paralelamente à formação da Frente Ampla,⁵ o que gerou enormes expectativas nas possibilidades eleitorais de 1971.

Movimento estudantil

No Uruguai a mobilização estudantil vinha num crescente desde o início da década. Inegavelmente, o 68 estudantil uruguaio foi indissociável da dinâmica que explodiu em todo o mundo e que gerou um acentuado protagonismo estudantil. Entretanto, a maior conflitividade obedecia à conjuntura crítica que vivia o país. A deterioração dos níveis de vida dos setores médios e populares, aguçada no período, dificultava a permanência no sistema educativo dos jovens dessa origem social que se haviam integrado massivamente ao ensino médio e, em menor proporção, à universidade.⁶ Entretanto, no momento em que aumen-

tava o número de alunos no sistema de ensino, o governo, com a justificativa da crise, diminuía consideravelmente o orçamento destinado à educação.

Um outro paradoxo se detectava com toda crueza no meio universitário. A realidade do mercado de trabalho para os jovens recém-formados apresentava-se dura: a disponibilidade de qualificada mão-de-obra diante de um mercado de trabalho saturado,⁷ fator permanente de tensionamento. O resultado era o desemprego, o subemprego e a emigração de um alto percentual de jovens bem qualificados.

O movimento estudantil⁸ vinha questionando, há tempos, a política econômica do governo, a crise estrutural e o uso das MPs. As mobilizações de 1968 iniciaram-se com duas questões pontuais: o aumento da passagem escolar e a discussão do orçamento da Universidad de la República (pública). Entretanto, a dinâmica do movimento ampliou o leque de reivindicações, assumindo a rejeição das MPs, o repúdio ao congelamento salarial, o protesto contra a invasão policial nos *campi* universitários e, finalmente, o confronto com o governo quando este tentou destituir as autoridades universitárias. Tudo isso se retroalimentou com os desdobramentos dos acontecimentos que varriam a França, o Brasil, a Argentina, o México, a Tchecoslováquia, os EUA, etc.

Os eventos aceleraram-se em maio quando, diante das massivas mobilizações, o governo promoveu violenta onda repressiva de intervenção contra os atos estudantis. A interrupção de ruas, as “sentadas” (no estilo *sit-in* dos EUA) e o apedrejamento de ônibus foram fatos que acompanharam a discussão da passagem escolar, por exemplo. Os secundaristas realizavam manifestações-relâmpago, ocupavam seus locais de estudo e enfrentavam a Guarda Metropolitana com barricadas de pneus incendiados e coquetéis *molotov*. Simultaneamente, a Universidad del Trabajo decretava greve geral – funcionários, alunos e professores reivindicavam a falta dos repasses do governo à instituição, o que inviabilizava seu funcionamento. Apesar do aumento das detenções, a mobilização não arrefeceu. Com os *liceos* (instituições secundaristas) ocupados, surgiram os “contracursos” (fato inédito no Uruguai), experiência que se havia expandido na década de 1960 nos EUA e na Europa.

As negociações com as autoridades geraram dissidências entre os estudantes, o que tornou mais complexa a situação. No início de junho, a crise colapsava todo o sistema de ensino, com paralisações que se multiplicavam em razão da falta de repasse de recursos. No 6 de junho, cinco estudantes da Universidad del Trabajo foram feridos

com gravidade, originando, como resposta, ataques contra a Pan American, Pepsi Cola, General Electric e diversas agências bancárias, num processo de crescente radicalização e acusações contra o governo e contra os EUA. A onda atingiu cidades próximas a Montevideu (Las Piedras, Pando, Santa Lucía). No 12 de junho, violentos confrontos no centro de Montevideu deixaram dezenas de feridos e trezentos estudantes detidos.

Diante desse quadro, o governo implantou novas MPs para “pôr fim à subversão nas ruas”, o que gerou mais revoltas e prisões. Residências e locais de ensino foram alvos de batidas policiais à procura de material “subversivo”. Na evolução das hostilidades, o governo, apoiado pela grande imprensa e pelas correntes conservadoras dos partidos tradicionais, veiculou peças de propaganda sustentadas na tese da “nação agredida” e colocou-se como garantia incondicional de “tranquilidade” contra a “subversão” dos “maus uruguaios”. Por outro lado, realizou-se a articulação entre as mobilizações estudantis e as dos funcionários públicos e bancários. Enquanto o governo decretava a militarização dos locais de trabalho destes últimos, o ministro de Cultura, Garcia Capurro, ameaçava invadir a universidade e violar sua autonomia por ser fonte de distúrbios.

A metodologia da ação estudantil apresentava um certo padrão de luta:

ocupação de prédios (no caso dos secundaristas, com a participação de alunos com idade entre 12 e 14 anos); montagem de barreiras no trânsito com distribuição de panfletos à população; cobrança de pedágios para arrecadar fundos; manifestações-relâmpago de alta mobilidade com palavras de ordem e panfletagem; ações contra alvos específicos (bancos, empresas dos EUA, sedes de organismos estatais), combinadas com apedrejamento e ataques com coquetéis *molotov* (ações comuns contra os meios de transporte em jornadas de greve geral).⁹

A construção de barricadas foi outro recurso tático importante para bloquear ruas e prédios. A dispersão em pequenos grupos consistiu em tática diversionista empregada para dividir, cansar e distrair a polícia; de certa forma, a vantagem numérica facilitava o movimento de recuo, reagrupamento e nova progressão. Embora houvesse planejamento, o calor do embate exigia rápidas decisões e mudança de planos – às vezes, motivadas por desavenças internas entre base e direção.

Entre 11 e 14 de julho de 1968, dezenas de estudantes foram cercados na Faculdade de Medicina e atacados com armas de fogo; poucas semanas depois, a polícia invadiu o prédio central da universidade e das faculdades de Agronomia, Arquitetura, Belas Artes e Medicina. Montevideu virou palco de nova onda de confrontos; as críti-

cas contra a violência estatal partiram até dos aliados do próprio governo. Na segunda-feira, 12 de agosto, mais de trinta estudantes foram feridos, um dos quais, Líber Arce,¹⁰ foi morto pela polícia. Seu velório, no prédio central da universidade, concentrou uma multidão que acompanhou seu corpo até o cemitério. A seguir, mais de cinco mil manifestantes avançaram sobre o centro da cidade, o qual estava sem defesa policial.

Nesse momento, houve divergências entre os manifestantes, pois parte das lideranças tentou encaminhar a multidão para a universidade e, assim, afastá-la do centro comercial. Os ânimos exaltados fizeram explodir desacordos e confrontos. A violência que se desencadeou faz pensar em provocadores infiltrados, fato que parece ter respaldo no depoimento do general Líber Seregni – na época comandante-em-chefe do Exército¹¹ –, que denunciou a conivência policial ao abandonar o centro da cidade. Tal afirmação também é corroborada nos comentários do agente cubano infiltrado na estação da CIA de Montevideu Manuel Hevia.¹² Ambos os relatos coincidem no fato de que, durante aquela noite, os estudantes que ocupavam o prédio central da universidade foram provocados por parapoliciais. O general Seregni comenta o fato:

La noche del entierro de Líber Arce [...] se montó una trampa, una inmensa trampa [...] entre las fuerzas policiales y el gobierno. Una trampa en que la policía desapareció. Desapareció de las calles de Montevideo y aparecieron bandas hechas para provocar y empezaron a romper vidrios ¡A provocar en serio! Fueron hasta la Casa Presidencial.¹³

Na manhã anterior, considerando a delicada situação em que se vivia, Seregni havia sugerido, contra a opinião da maioria das autoridades, que não deveria haver policiais a menos de dez quadras do velório, para que não parecesse provocação contra a população revoltada com a recente morte do estudante. Para Seregni, a situação era bem clara: bandos de provocadores infiltrados procuravam criar um fato concreto que justificasse a repressão; por isso, entendeu que era uma armadilha, fato ratificado nas memórias de Hevia ao relatar as ordens da CIA (com anuência da embaixada estadunidense em Montevideu) a seus agentes, para provocar um conflito de grandes proporções. O general impediu que suas tropas reprimissem e, ao saber da montagem da ação provocadora, solicitou aos líderes sindicais que colocassem grupos de proteção para evitar que as Forças Armadas pudessem ser induzidas a cometer excessos irreversíveis. Dessa forma, a Federação dos Estudantes Universitários, o Partido Comunista e a CNT organizaram gru-

pos que enfrentaram os provocadores e os mantiveram afastados da grande massa concentrada na universidade.

Nas semanas seguintes, o conflito manteve alta intensidade. O governo proibiu a circulação do semanário *Marcha* por três edições, enquanto a oposição se manifestava contra a imprensa governista dos jornais *El Día* e *El Debate* e do *Canal 4* de televisão. Houve um aumento das ocupações dos *liceos* e das faculdades, levantaram-se novas barricadas, bloquearam-se ruas e multiplicaram-se as manifestações-relâmpagos. Trabalhadores da fábrica Alpargatas e estudantes da Faculdade de Medicina pressionavam, conjuntamente, nas proximidades do Palácio Legislativo.

No 21 de setembro, diante da universidade, os estudantes Hugo de los Santos e Susana Pintos¹⁴ foram mortos pela repressão. Então, o clima de tensão atingiu o ápice. O governo cancelou as aulas na universidade e no ensino secundário até meados de outubro, procurando desmobilizar os estudantes – fato aproveitado pelas Forças Armadas para assumir o controle dos prédios, forjando provas que corroboravam que os *liceos* e a universidade haviam se tornado “antros subversivos”. Mais uma vez, as ações eram efetuadas com o apoio dos setores oficialistas da imprensa que repercutiam a versão oficial e o silêncio da oposição, mediante censura.

O movimento estudantil entrava, então, em fase de refluxo temporário. A repressão assumia, cada vez mais, perfil inconstitucional, e as Forças Armadas, que ainda só se envolviam quando atacadas, prestavam serviço de assessoria à polícia, repassando seu *know-how* em técnicas de espionagem e de obtenção de informação. Isso permitiu à polícia iniciar-se na tarefa da infiltração nos movimentos estudantil e sindical, tentando prever e antecipar ações da oposição. A desconfiança da infiltração piorou o clima interno das organizações (presença ostensiva de agentes à paisana, estudantes colaboracionistas, delatores, infiltrados). O discurso oficial procurava convencer a população de que os estudantes se haviam transformado em massa de manobra da guerrilha urbana; definitivamente, o movimento passava a ocupar o rol de “inimigo interno”, juntamente com o MLN, a CNT e os partidos “marxistas”.

De qualquer forma, apesar das restrições colocadas pela repressão estatal, o aspecto mais importante desse contexto foi o aprofundamento da relação dos estudantes com os sindicatos. Independentemente de problemas de linguagem, da desconfiança persistente em alguns setores operários ou do entendimento político da transitoriedade do “ser estudante”, a construção de uma pauta comum convergente

expressou-se por meio de uma rede de circuitos solidários, na visualização de um inimigo comum e na elaboração de pontos programáticos próximos. A CNT assumiu que a autonomia universitária era parte da luta popular e a consigna *Obreros y Estudiantes: unidos y adelante*, defendida nas lutas dos anos 50, manteve persistência e vitalidade.

Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros

Dentro da esquerda, a principal organização armada foi o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros. Desde 1962 existia um organismo que coordenava vários grupos de ação direta vinculados ou derivados de organizações legais e que confluíram, por volta de 1965, na fundação do MLN. Nessa fase de clandestinidade do movimento (ainda desconhecido do público), seus integrantes estavam na legalidade, embora participassem de ações de expropriação de armas e dinheiro,¹⁵ recrutamento de quadros, estruturação interna, avaliação de estratégias e acumulação de informação (por exemplo, sobre a rede cloacal de Montevideú). De qualquer forma, a organização tornou-se pública em dezembro de 1966 e, gradativamente, muitos dos seus quadros viram-se na contingência de passar à clandestinidade.

Entre 1968 e 1969, o movimento intensificou seu protagonismo por meio de uma tipologia de ações que caracterizaram essa fase de luta como “etapa Robin Hood”. Orientado pelos dirigentes “históricos” (entre os quais Raúl Sendic), recebendo lideranças provenientes da luta social, calejadas no trabalho subterrâneo de organização e acumulação de experiência, o MLN também centrou a ação nas denúncias de corrupção política. Realizando ações que ridicularizavam as forças policiais pela sua ineficiência, os tupamaros efetuavam expropriações de bancos, financeiras e casas de penhora, ações de apropriação de documentos comprometedores sobre sonegação fiscal ou ganhos ilegais de grupos econômicos e expropriações massivas de alimentos que eram repartidos nas comunidades mais carentes, entre outros. Nessa fase, evitava-se o uso da violência, embora já ocorresse o sequestro de autoridades governamentais, que eram detidas nos *cárceles del pueblo*,¹⁶ com finalidade política ou para obtenção de informação. Havia uma orientação da direção do movimento para evitar ações indiscriminadas e, na medida do possível, perda de vidas; nas “expropriações”, o alvo deveria ser a “propriedade burguesa”, não os trabalhadores, pequenos comerciantes ou produtores.¹⁷

A estratégia tupamara de evitar o confronto aberto com a polícia mos-

trava-se positiva, pois permitia poupar quadros “militares”¹⁸ e acumular apoio de parcelas da população que viam suas ações com simpatia. Enquanto isso, expunha a ineficiência e o despreparo do dispositivo de segurança, informação e repressão.

Partidários das teses foquistas, os tupamaros viam-se irradiando, como onda contagiante, a consciência revolucionária ao conjunto da sociedade. Entendiam a luta armada como resultado do “esgotamento” e da “ineficiência” das formas tradicionais da política legal. O impacto da Revolução Cubana, a influência de Che Guevara e o insucesso eleitoral da esquerda uruguaia, em 1962, pareciam reforçar essa opção. A Conferência da Olas, em 1967, inseria essa opção dentro de um marco de insurreição continental. Coerente com essas orientações, a consigna “Habr  patria para todos o no habr  patria para nadie”, foi estampada nos documentos da organiza o.

O documento de “apresenta o” do MLN fundamentava, como objetivos primeiros, o nacionalismo antiolig rquico e o socialismo, al m da integra o e da solidariedade latino-americanas. A adapta o do “foquismo”   especificidade uruguaia implicava abandonar a t tica cl ssica da “montanha como ref gio”, pois, nas condi es geogr ficas e demogr ficas existentes do Uruguai, isso n o tinha sentido. Assim, o MLN

teria de ser um fen meno urbano, particularmente montevideano. A grande cidade teve de substituir a montanha e a selva, fornecendo as condi es necess rias de cobertura, anonimato, clandestinidade e de a o violenta e r pida.

Em 1968, a organiza o decolou. Suas a es vitoriosas e as simpatias recolhidas junto a determinados setores da popula o explicam um grande crescimento em n mero de quadros, influ ncia pol tica e qualidade t cnica, operativa e organizacional. Tr s formas principais de opera es s o identificadas na fase “Robin Hood”, geralmente mescladas entre si: opera es pol ticas de den ncia de corrup o; opera es de demonstra o de for a, que refor avam a percep o sobre o poder de fogo da organiza o; opera es de expropria o financeira destinadas   sustentaa o da infraestrutura clandestina e dos quadros imersos nessa rede, bem como para a aquisi o de armas, equipamentos e ve culos.

Tamb m havia opera es de devassa fiscal e financeira, em que o MLN sequestrava e tornava p blicos documentos comprometedores e de empresas que sonegavam impostos, praticavam fraudes e corrup o em altas esferas administrativas. A es que expunham mazelas da corrup o nas altas esferas, sem utiliza o de viol ncia f sica, geravam repercuss es muito favor veis ao movimento.

A evolução dos fatos e o crescimento da organização, porém, tornaram mais violentos os confrontos contra a polícia, o que fez refluir a simpatia e admiração que o movimento havia capitalizado até então. O sequestro e execução de responsáveis de violação dos direitos humanos e integrantes de esquadrões da morte não foi bem digerido por uma sociedade que não tinha familiaridade com esse tipo de ação. O ponto de inflexão foi marcado pela “Operação Pando”¹⁹ e pelo sequestro e execução de Dan Mitrione – especialista dos EUA em técnicas de tortura –, em agosto de 1970.

A queda das principais lideranças da organização guerrilheira, ainda em 1970, abriu espaço para uma nova geração, que apostou no militarismo e no verticalismo da tomada de decisões. Na fase mais violenta do confronto, ocorreram novas execuções de torturadores e foram sequestrados diplomatas estrangeiros, como os cônsules Dias Gomide (Brasil)²⁰ e Geoffrey Jackson (Grã-Bretanha), para serem de moeda de troca por dirigentes prisioneiros ou para impactar a opinião pública internacional.

A “cultura engajada”

Como já visto, na década de 1960 o modelo econômico e social que fazia com que o Uruguai fosse conhecido

como “Suíça da América” começou a desmoronar. O Estado tinha uma participação bastante efetiva na sociedade uruguaia, principalmente no tocante à distribuição de renda e à concessão de direitos trabalhistas, quando comparado com o restante da América Latina. Possuindo uma economia baseada na exportação de produtos primários, com o fim da Segunda Guerra, o Estado de bem-estar social não conseguiu mais se sustentar, levando a uma estagnação da economia e a uma deterioração social. A crise econômica acabou por abalar os alicerces da democracia uruguaia, uma das mais sólidas da América Latina.

Entretanto, intelectuais de esquerda já estavam questionando a visão tradicional que a sociedade uruguaia tinha a respeito do seu país. Denunciavam que a “Suíça da América” era ilusória, pois, além da recessão que o Estado vinha sofrendo, o “bem-estar social” nunca chegara ao campo nem, tampouco, impedira que setores crescentes da população de Montevideu habitassem na periferia da cidade, em favelas – os *cantegriles*.²¹ Essa ilusão também afastava a noção de que o Uruguai pertencia à América Latina, possuindo uma história comum com os demais países, além de possuir as mesmas mazelas socioeconômicas, herdadas tanto da exploração colonial e das oligarquias que ainda permaneciam

no poder como da relação com a potência norte-americana. Desse modo, foi nesse contexto de recessão e de autoritarismo, desencadeado pelo governo Pacheco Areco, que o latino-americanismo passou a ser fundamental no mundo cultural uruguaio.

No mundo do teatro, mereceram destaque especial, entre outros, os coletivos do *El Galpón* e *La Comedia Nacional*; na literatura, destacava-se o texto de Mario Benedetti. O semanário *Marcha* era o principal espaço de reflexão do mundo da cultura, no qual despontava seu diretor, Carlos Quijano. Os carnavais uruguaios serviram de palco para a sátira política e a crítica social recorrentes em diversas *murgas* (gênero teatral-musical). A virada da década de 1960 para a de 1970 marcou a forte presença no panorama musical de compositores e cantores comprometidos com o seu tempo (Alfredo Zitarrosa, Héctor Numa Moraes, José Carabajal, Los Olimareños, Daniel Viglietti). Também houve uma relativa circulação e intercâmbio de obras de outros músicos latino-americanos de perfil semelhante: os argentinos Atahualpa Yupanqui, Horacio Guarany e Mercedes Sosa, assim como os chilenos Violeta Parra, Víctor Jara e Ricardo Alarcón, eram ouvidos nas rádios do país. Um fato curioso que não ficou restrito ao Uruguai é que, nesse período, músicos espanhóis em confronto com a cen-

sura franquista divulgavam sua obra junto ao público latino-americano, aumentando os limites dessa comunhão de trocas e de identificação de situações e problemas comuns. A forte presença do exílio espanhol republicano e o teor das suas mensagens engajadas, ou simplesmente cantando os poetas silenciados pelas décadas da ditadura de Franco, garantiam calorosa recepção a artistas do porte de Paco Ibañez e Joan Manuel Serrat e do conjunto Agua Viva.

No âmbito da imprensa, *Marcha* foi um semanário que se projetou na história intelectual e cultural da América Latina. Fundado em 1939 pelo jornalista Carlos Quijano, acabou sendo fechado em 1974 pela ditadura civil-militar. Em momentos de apogeu, chegou a vender em torno de vinte mil exemplares na cidade de Montevidéu e 12 mil em Buenos Aires. Seu público leitor eram principalmente as camadas médias da população e os jovens universitários.

Os pesquisadores sobre este periódico, *grosso modo*, identificam três fases na história do semanário: a primeira (1939-1946), quando se destacava principalmente por suas posições antifascistas e estava centrado mais em temas rio-platenses; a segunda (1946-1958), quando o jornal passou a se preocupar destacadamente com o fenômeno do peronismo; a terceira

(1959-1974), como o grande momento do latino-americanismo, indo desde a Revolução Cubana até seu fechamento pela ditadura.

A partir dos acontecimentos cubanos, o sentimento de latino-americanidade fortaleceu-se: o latino-americanismo passou a ser fundamentado na luta contra o imperialismo estadunidense. Na onda anti-imperialista, o anticapitalismo também se intensificou, sendo esse sentimento identificado cada vez mais com a política de esquerda. Inclusive o *Marcha* publicou, em 1965, com exclusividade, “El socialismo y el hombre en Cuba”, de Ernesto Che Guevara.²² Assim, a América Latina começou a ser pensada como uma unidade de pertencimento, passando a se analisar os problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados por todas as sociedades latino-americanas. Formou-se um pensamento latino-americano anti-imperialista, socialista, nacional e integracionista. No ano de 1968, esses anseios se intensificaram.

Desde as páginas do *Marcha*, renomados cronistas e jornalistas nacionais dividiam espaço com importantes autores latino-americanos, alguns deles exilados em Montevideú. De certa forma, o semanário foi a consciência política de uma geração que questionou o *establishment* e que acompanhou a espiral autoritária que se projetou sobre o país a partir de 1968. O

Marcha sofreu constantes ameaças e foi alvo sistemático da censura até seu fechamento definitivo. Vários dos seus integrantes foram presos e torturados; muitos tiveram de partir para o exílio e Julio Castro, o principal colaborador de Carlos Quijano, foi sequestrado e está desaparecido até hoje.

A mudança de percepção, marcada pelo 68, pode ser vista também no canto popular uruguaio elaborado nesse período, a denominada *canción de propuesta*. “A desalambrar”,²³ emblemática canção composta por Daniel Viglietti, tem na versão original a preocupação da questão da terra e da reforma agrária num âmbito nacional:

Yo pregunto a los presentes
si no se han puesto a pensar
que esta tierra es de nosotros
y no del que tenga más.

Yo pregunto si en la tierra
nunca habrá pensado usted
que si las manos son nuestras
es nuestro lo que nos den.

¡A desalambrar, a desalambrar!
que la tierra es nuestra,
tuya y de aquel,
de Pedro, María, de Juan y José.

*Si molesto con mi canto
a alguien que ande por ah
le aseguro que es un gring
o un dueño del Uruguay.*

Alguns meses após o lançamento, Viglietti ampliaria a abrangência do universo contido na canção, “latino-americanizando-a”, ao alterar seus versos finais:

Si molesto con mi canto
a alguien que no quiera oír
le aseguro que es un gringo
o un dueño de este país.

O caráter universal de “A desalambrar” expandiu-se pelo tempo e pelo espaço, visto que o seu questionamento encontrava eco em todo o Terceiro Mundo, o que levou o poeta Mario Benedetti a reconhecê-la como a primeira canção revolucionária do repertório do compositor Daniel Viglietti.

De certa forma, essa confluência de proposições, presente na atitude de Viglietti foi marca do 68 uruguaio: uma enorme coincidência de setores sociais, de formas de luta, de propostas e de ações. As divergências táticas, estratégicas e doutrinárias não escondiam um clima de mal-estar e de acumulação de forças diante da ofensiva conservadora e da reestruturação capitalista, que aproximou estudantes e trabalhadores e encaminhou muitos deles à rede de apoio ou ao próprio círculo interno da organização armada. Foi uma confluência que, em outra ordem, aproximou, integrou e articulou o nacional do internacional, o uruguaio do latino-americano e do terceiro-mundista. Mesmo que, naquele momento, tal manifestação tenha ficado mais no plano das percepções e das intenções, paradoxalmente, ocorreu anos depois, na articulação da solidariedade e das lutas de denúncia desde o exílio.

O golpe de 1973: o fim do 1968 uruguaio

O 1968 latino-americano diferenciou-se do movimento mundial em razão de especificidades bem concretas: no âmbito local, a luta antioligárquica, a denúncia e a contestação aos modelos econômicos de dominação e exploração; no mundial, a luta contra o imperialismo norte-americano.

A deterioração do processo político uruguaio, a partir da resposta estatal à crise e às mobilizações sociais, levou os diversos setores a propor a organização de uma frente de partidos que pudesse concorrer nas eleições presidenciais de 1971. Dessa forma, em fevereiro desse ano surgiu a Frente Ampla, aglutinando os partidos comunista, socialista e democrático-cristão, outros pequenos partidos de esquerda, assim como dissidências dos partidos tradicionais. Além disso, contou com apoio da CNT, do movimento estudantil, de inúmeros intelectuais (entre eles, os vinculados ao semanário *Marcha* e músicos da *canción de propuesta*) e do braço político do MLN – o grupo 26 de Março.

Em poucos meses, a militância dessa nova força política desencadeou intenso trabalho de divulgação do seu programa e dos seus candidatos junto à população urbana. Grandes mobilizações e comícios inauguraram uma nova forma de fazer política, com es-

pecial destaque para os Comitês de Bases, células de organização comunitária espalhadas pelos bairros de Montevideu e de algumas cidades do interior do país.

A Frente Ampla, por meio de um programa com matizes socialistas, anti-imperialistas e nacionalistas, congregou os descontentamentos e as reivindicações históricas dos setores populares e médios, integrando as lutas dos movimentos estudantil e operário no plano político-eleitoral. A acumulação de forças da segunda metade da década de 1960, e particularmente do 68, foi o motor da esquerda eleitoral, que obteve expressivo resultado para uma organização que tinha apenas nove meses de existência no momento das eleições (nov. 1971). De qualquer forma, acabou derrotada, embora obtivesse qualitativa representação parlamentar, o que assustou significativamente os setores conservadores da sociedade uruguaia e os interesses do grande capital.

Ainda nessas eleições, Pacheco Areco tentou a reeleição presidencial valendo-se de um agressivo discurso anticomunista, que reforçava a ideia de que somente um governo forte poderia evitar a ameaça “subversiva” – identificada esta tanto na persistência da guerrilha, quanto na ameaça “marxista” da Frente Ampla. Logo, visando vencer as eleições, o governo restringiu

o recurso às MPs tentando diminuir o desgaste político que seu uso acarretava, o que podia inviabilizar as pretensões continuístas. Apesar dos seus esforços, Pacheco Areco não conseguiu a reeleição, mas fez o seu sucessor, Juan María Bordaberry. Tal resultado significou a retomada da política autoritária, com o aumento da repressão e da censura, sobretudo em virtude da oposição que continuava sofrendo da guerrilha tupamara, acrescida agora da oposição parlamentar.

Na fase pós-eleitoral, a radicalização da ofensiva autoritária patrocinada pelo governo teve como suporte a decretação do “estado de guerra interna”, apoiado pela maioria oficialista do Parlamento, o que legitimou a intervenção das Forças Armadas no cenário político. Como consequência, em 1972 o MLN acabou derrotado e, a partir de então, já numa lógica pautada cada vez mais pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional, os novos alvos passaram a ser a Frente Ampla e os movimentos sociais. A necessidade de disciplinar, de forma geral, a sociedade e, de forma particular, a força-de-trabalho, através do medo e de um mecanismo inédito de dominação política, levou ao desencadeamento do golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, promovido pelo próprio presidente, em conluio com os setores militares. Tal fato encerrou, definitivamente, a tra-

dição democrática e constitucional da cidadania neste país e as expectativas de mudança reivindicadas a partir das lutas da década de 1960 e, principalmente, do 68 uruguaio, dando início a uma longa ditadura, marcada pela profunda desnacionalização da economia e pela promoção do terrorismo de estado.

Abstract

The 68 in Uruguay: structural crisis, mobilization social and bossiness

The 1960s in Uruguay was marked by the start of authoritarian ascent with the Jorge Pacheco Areco's rise to power. The world demands raised in 1968 – notably the Latin-American ones – added to national discussions fought due to the economic exhaustion and social crisis that was happening since the 1960s. The confrontation between government and opposition (workers, students, militants in the armed struggle, artists, intellectuals, etc.) aggravated increasingly creating a radicalization setting of social conflicts that would extend to the deflagration of coup d'état in 1973 in Uruguay.

Key words: The 1960s. Pacheco Areco's government. Social movements.

Notas

- ¹ É importante destacar que o Estado era o maior empregador no Uruguai.
- ² Respectivamente, *Usinas y Teléfonos del Estado*; Administración Nacional de Combustibles, Álcohol y Portland; Obras Sanitarias del Estado.
- ³ RODRIGUEZ, Enrique. *Uruguay: raíces de la madurez del movimiento obrero*. [s. l.]: [s. n.], [s. d.]. p. 132.
- ⁴ RODRIGUEZ, op. cit., p. 150.
- ⁵ Diante de política inédita de forças de esquerda e centro-esquerda.
- ⁶ NAHUM, Benjamin. *Manual de Historia del Uruguay: 1903-1990*. Montevideo: Banda Oriental, 1995. p. 308.
- ⁷ Os dados atestam essa realidade em 1968, aos 18.650 estudantes matriculados na universidade se somaram 4.621 novos, cuja origem social apresentava o seguinte perfil: 32%, setores médio altos; 57%, setores médios; 11%, setores médios baixos. Aproximadamente, 30% trabalhavam de forma permanente ao passo que outros 30% o faziam eventualmente; ainda, 42% eram maiores de 25 anos e cerca de 40% (do total) acabavam desistindo.
- ⁸ O espectro ideológico estudantil da época comportava: a) Comunistas: vinculados ao PC, controlavam cargos de direção e procuravam conter os setores radicais alegando que as condições revolucionárias não estavam dadas; favoráveis à negociação, consideravam essencial o amadurecimento da consciência de toda a população; majoritariamente provinham dos setores médios; b) Cristãos: seus ícones eram os padres revolucionários Camilo Torres e Juan C. Zaffaroni, só o caráter religioso os distinguia dos grupos radicais; originários dos setores médios e populares; c) Movimiento de Unificación Social Proletária: autodefinidos como leninistas, eram considerados muito críticos à orientação do Partido Comunista, eram minoritários; d) radicais: de origem política diversa (anarquistas, dissidências do Partido Socialista, do Movimiento Revolucionário Oriental e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria), provinham de setores populares, eram críticos das posturas dos cristãos e de Cohn-Bendit e Marcuse e sua referência era Che Guevara; questionavam toda organização tradicional, mesmo de esquerda, defensores da ação a partir de pequenos comitês; e) direita: núcleo reduzido originado nos setores abastados; muito limitados, apostaram em métodos diversionistas e na ação de contrapropaganda.

- BAÑALES, Carlos; JARA, Enrique. *La rebelión estudiantil*. Montevideo: Arca, 1968. p. 77-79.
- ⁹ O arsenal defensivo podia contemplar estilingues, os citados coquetéis *molotov*, pedras, pimenta (para esfregar nos olhos dos cavalos das unidades montadas), bolinhas de gude (para fazer os cavalos resvalarem), lenços molhados com suco de limão (para resistir aos gases lacrimogêneos), etc.
- ¹⁰ Líber Arce foi o primeiro estudante a ser assassinado pela repressão estatal, tornando-se, então, símbolo do movimento estudantil e das lutas sociais, inclusive porque, num jogo de palavras, seu nome virou a consigna *Liberarse* (Liberar-se).
- ¹¹ O general Líber Seregni manifestava discordância crescente com a administração Pacheco Areco; pouco depois, passou à reserva e contribuiu na fundação da Frente Ampla, da qual foi candidato presidencial no pleito eleitoral de 1971.
- ¹² HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333. Uruguay... ocho años con la C.I.A.* Montevideo: Liberación Nacional, 1985.
- ¹³ BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof: mano a mano*. Montevideo: Aguilar, 2002. p. 63.
- ¹⁴ Susana Pintos foi atingida quando um grupo de estudantes, acenando com lenços brancos, tentava ajudar o colega Hugo de los Santos, mortalmente atingido. Mauricio Rosencof lembra que alguns dos estudantes mortos após a morte de Líber Arce foram atingidos por franco-atiradores, *cuyo propósito era asesinar* e que estariam vinculados a esquadrões da morte formados a partir da assessoria dos EUA. BUTAZZONI, op. cit., p. 205.
- ¹⁵ Em 1963 aconteceu uma das primeiras grandes ações da organização, o assalto ao Clube de Tiro, na cidade de Nueva Helvécia, que se concluiu com a expropriação de umas trinta armas.
- ¹⁶ Os “cárceles do povo” (*Cárceles del Pueblo*) foram esconderijos especiais adaptados com certa infraestrutura para receber, durante tempo prolongado, pessoas sequestradas pelo MLN. Geralmente, eram pequenos espaços subterrâneos que contavam com sistema de segurança, enfermaria, celas individuais, entrada de veículos e uma fachada legal de residência.
- ¹⁷ BRUSCHERA, Oscar H. *Las décadas infames. Análisis político: 1967-1985*. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986. p. 150.
- ¹⁸ A formação de quadros “militares” (aqueles diretamente envolvidos nas ações armadas) tinha um alto custo operacional. A falta de preparação mínima dos quadros voluntários e as dificuldades de fornecimento de treinamento (fator vital para a organização) aumentavam pelo fato do Uruguai não possuir um serviço militar obrigatório que tivesse transmitido conhecimento mínimo sobre armamento, táticas militares, etc., como ocorria no Brasil e na Argentina. Quanto ao treinamento que muitos quadros receberam em Cuba, de pouco adiantava, dadas as condições geográficas do Uruguai e a concepção de guerrilha cubana, nas quais a montanha, a selva e o mundo rural tinham centralidade, condições que inexistem no país.
- ¹⁹ No dia 8 de outubro de 1969, aniversário da morte de Che, um comando do MLN invadiu a cidade de Pando, ocupando a delegacia de polícia, o quartel de bombeiros e a central telefônica; quatro bancos foram assaltados. Na fuga um dos grupos foi cercado por um enorme dispositivo militar, com o saldo de 16 guerrilheiros presos e três mortos. Esta ação assinalou um salto qualitativo no estilo da organização, abandonando o estilo “Robin Hood” em troca de outro mais espetacular e parecido com a clássica ação guerrilheira.
- ²⁰ O sequestro de Dias Gomide, em 31 de julho de 1970, foi relacionado ao auxílio que o governo uruguaio recebia do Brasil quanto à instrução de técnicas repressivas. Dias Gomide, vinculado à organização Tradição, Família e Propriedade, teve sua soltura condicionada à troca de presos políticos do MLN, porém a administração Pacheco Areco não aceitou negociar, apesar das pressões da ditadura do general Médici. Esta, por sua vez, concentrou unidades de paraquedistas na fronteira e enviou especialistas em contrainsurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte para colaborar na busca do funcionário. O próprio delegado Fleury teria sido enviado para colaborar com a polícia uruguaia.
- ²¹ O termo é uma clara ironia ao fato de que *Cantegril* é o nome do bairro das camadas altas de Punta del Este, que, por sua vez, é a cidade balneária uruguaia vinculada aos setores dominantes.
- ²² Ernesto Che Guevara e Carlos Quijano eram grandes amigos; assim, Che enviou com exclusividade o seu texto para ser publicado em *Marcha*.
- ²³ Incluída no álbum *Canciones para el hombre nuevo*, criado em 1967, em Cuba, e lançado no Uruguai em 1968.

Bibliografía

- ACTAS TUPAMARAS. 2. ed. Montevideo: TAE, 1987.
- ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrión*. Montevideo: Trilce, 2007. v. 1.
- BAÑALES, Carlos; JARA, Enrique. *La rebelión estudiantil*. Montevideo: Arca, 1968.
- BENEDETTI, Mario. *Daniel Viglietti, desalambrando*. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.
- BRUSCHERA, Oscar H. *Las décadas infames. Análisis político: 1967-1985*. Montevideo: Lunardi y Risso, 1986.
- BUTAZZONI, Fernando. *Seregni-Rosencof: mano a mano*. Montevideo: Aguilar, 2002.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. Montevideo: Banda Oriental, 1998.
- CORES, Hugo. *El 68 uruguayo*. Los antecedentes. Los hechos. Los debates. Montevideo: Banda Oriental, 1997.
- DEMASI, Carlos. *La caída de la democracia. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.
- FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. Estado de Sítio: Dan Mitrión, a tortura e a presença estadunidense no Uruguai. In: GUAZZELLI, Cezar A. B.; PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *Conflitos periódicos no século XX: cinema e história*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008. p. 201-225.
- HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay:... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.
- LANDINELLI, Jorge. *1968: la revuelta estudiantil*. Montevideo: Banda oriental, 1989.
- MORAÑA, Mabel; MACHÍN, Horacio (Ed.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh/PA: Biblioteca de América, 2003.
- NAHUM, Benjamin. *Manual de historia del Uruguay: 1903-1990*. Montevideo: Banda Oriental, 1995.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (Org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- PONGE, Robert (Org.). *1968, o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.
- RODRIGUEZ, Enrique. *Uruguay: raíces de la madurez del movimiento obrero*. [s. l.]: [s. n.], [s. d.].
- SOUZA, Susana Bleil de. América Latina: insurreição, resistência e repressão. In: PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (Org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 67-77.